

1 Aos cinco dias do mês de dezembro de 2019, às 9h40m, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco -
2 CBHSF reuniram-se no Auditório do Real Praia Hotel, Av. Santos Dumont, nº 1269 – Orla de Atalaia, Aracaju/Sergipe, para
3 participarem da XXXVII Plenária Ordinária do CBHSF, cuja temática é “Biomassas em risco”. **Participaram os seguintes membros**
4 **titulares:** Nelson Cunha Guimarães, COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Heloísa Cristina França Cavallieri
5 Pedrosa, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito - SAAE Itabirito; Evanildo Pereira de Lima, Empresa Baiana de
6 Águas e Saneamento - EMBASA; João Raphael Silva de Queiroz, Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA;
7 José Roberto Valois Lobo, Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL; João Carlos de Melo, Instituto Brasileiro de
8 Mineração – IBRAM; Deivid Lucas de Oliveira, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG; Adson Roberto
9 Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro; Guilherme da Silva Oliveira, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
10 Minas Gerais – FAEMG; Ednaldo de Castro Campos, Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte - AFAF; José Bonifácio
11 Valgueiro de Carvalho, Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba - DICOP; Israel Barreto Cardoso – Associação dos
12 Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro; Luiz Alberto Rodrigues Dourado – Associação dos Condutores
13 de Visitantes do Morro do Chapéu; Arnaldo Alves da Silva, Colônia dos Pescadores Z-39; José Maciel Nunes de Oliveira,
14 Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas - FEPEAL; Dênio Drummond Procópio, Companhia Energética de Minas
15 Gerais - CEMIG; Altino Rodrigues Neto - Instituto Opará; Astácio Correia Neto, Associação Ambientalista do Alto São
16 Francisco- ASF; José Valter Alves - Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra – Instituto Guaicuy;
17 Johann Gnadlinger - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA; Anivaldo de Miranda Pinto - Instituto
18 Ecoengenharia; Rosa Cecília Lima Santos, Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente - OSCATMA;
19 Sílvia Freedman Ruas Durães – Consórcio e Associações dos Municípios do Lago de Três Marias- COMLAGO; Márcio Tadeu
20 Pedrosa, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/MG (compareceu apenas dia 05/12); Yvonilde
21 Dantas Pinto Medeiros, Universidade Federal da Bahia - UFBA; Juliane Tolentino de Lima, Universidade Federal do Vale do
22 São Francisco – UNIVASF; Honey Gama Oliveira, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SE (compareceu apenas dia 05/12);
23 Sandra Maria da Silva Andrade, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - CONAQ; Lessandro Gabriel da Costa,
24 Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata/MG; João Pedro da Silva Neto, Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA; Antônio Jackson
25 Borges Lima, Prefeitura Municipal de Penedo/AL; Suzana Maria Gico Lima Montenegro – Agência Pernambucana de Águas e
26 Clima - APAC; Ailton Francisco da Rocha, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade de Sergipe –
27 SEDURBS; Renato Dalla Lana – Ministério de Minas e Energia – MME. **Participaram os seguintes membros suplentes:** Cláudio
28 Júlio Machado Mendonça Filho, Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO (no exercício da titularidade); João Eudes
29 Pereira – NEXA S.A; Geraldo Pimentel Barbosa Filho – Condomínio de Irrigação Paracatu Entre RIBEIROS; Thaisi C. Tavares de
30 Oliveira, Agro Indústrias do Vale São Francisco S/A - AGROVALE (no exercício da titularidade); João Batista Araújo Silva,
31 Associação dos Produtores Rurais do Vale do Moxotó - UNIVALE (no exercício da titularidade); Heráclito Oliveira de Azevedo
32 – Distrito de Irrigação do projeto Cotinguiba/Pindoba – DICOP; William Bertozzi Dornas, Náutico Clube Três Marias; Sonáli
33 Cavalcanti Oliveira, Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF; Ana Catarina Pires Azevedo Lopes, Instituto Vila Flor;
34 Luiz Roberto Porto Farias, Ordem dos Advogados do Brasil/Alagoas – OAB/AL; Itair Fernandes de Oliveira Júnior – Prefeitura
35 Municipal de Tiros/MG; Thiago Santana por Marília Carvalho de Melo – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
36 Desenvolvimento Sustentável, SEMAD/MG (no exercício da titularidade); Larissa Cayres de Souza, Secretaria de Meio
37 Ambiente do Estado da Bahia- SEMA/BA; Pedro de Araújo Lessa, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e
38 Sustentabilidade de Sergipe – SEDURBS; Israel Pinheiro Torres – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF;
39 Athadeu Ferreira da Silva, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF (no exercício
40 da titularidade) e Sônia Elizabeth Lima Santana, Fundação Nacional do Índio - FUNAI (no exercício da titularidade).
41 **Participaram também:** Manoel Vieira, Daniela de Oliveira, Thiago Campos, Rúbia Mansur, Mateus Carvalho e Célia Fróes,
42 Agência Peixe Vivo; Norberto Antônio dos Santos; Marcela Duarte, Valfran José Santos Andrade, Kal Araújo Trindade, Heitor
43 Torres Silveira, Lucivaldo dos Santos, Fernanda Cristina de Aguiar e Karina Milagres, Joseilma Araújo Santos, Roschelena
44 Reis Morais Silva - UFS; Paulo Farias – IBAMA/SE; Camila Conceição dos Santos Rocha; Lívia Nascimento Tinôco – MPF; Kélen
45 Sabina Vieira Moreira; Jéssica Kalliney P. dos Santos; Alberto Fonseca – MP/AL; Evandro Moraes da Gama; Marina Oliveira
46 Pitanga – OAB/SE; Thiago V. de Aragão e Douglas Falcão – CHESF; Cristiane Neres Silva – CPRM/AFAF; Larissa Rosa – MDR;
47 Sahel Alves Cayres; José Almir Cirilo – UFPE; Rodrigo Saldanha X. da Silva; Clélia Nobre de Oliveira; Irany M.L. Braga; Winston
48 Caetano; Zoltan Romero C. Rodrigues; Mariana Salazar Martino; Pedro Vilela; Franzone de José Faria; Deise Naseulo; Salete
49 França Cavallieri; Marcelo Ribeiro; Carlos Alberto de Freitas - EMBRAPA; Leonardo Mitre; Cássia Juliana Torres; Flávia Simões
50 F. Rodrigues – ANA; Sérgio Onofre, Emerson Soares e Cenira Monteiro de Carvalho – UFAL; Adriane A. Rodrigues Guedes –

51 CBHSF4; Samuel Barreto da Silva; Rodrigo Agostinho – Deputado Federal/ Câmara dos Deputados. Após atingir o quórum, a
52 pauta foi apresentada pelo cerimonial aos participantes e foi feita a **composição da mesa** com o Sr. Anivaldo Miranda,
53 presidente do CBHSF; Sr. Ailton Rocha, superintendente especial de recursos hídricos e meio ambiente, representando a
54 Secretaria de Desenvolvimento urbano e Sustentabilidade de Sergipe, Sra. Suzana Montenegro, presidente da Agência
55 Pernambucana de Água e Clima – APAC; Sr. Maciel Oliveira, vice presidente do CBHSF, Sr. Lessandro Gabriel, secretário do
56 CBHSF, Sr. Adson Ribeiro, Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco – CCR Alto São Francisco, Sr.
57 Ednaldo Campos, Coordenador da CCR Médio São Francisco, Sr. Juliani Tolentino, Coordenador da CCR Submédio São
58 Francisco e Sr. Honey Gama, Coordenador da CCR Baixo São Francisco. Na sequência, todos são convidados a ouvirem o
59 Hino Nacional. Após a execução do Hino, a palavra é franqueada ao presidente do CBHSF, Anivaldo de Miranda, que
60 cumprimenta a todos na pessoa da Sra. Suzana Montenegro. Fala que o ano que se encerra trouxe boas e más notícias. O
61 período úmido de 2018/2019 trouxe alívio para a situação de estresse hídrico que a bacia passou desde 2013, criando
62 inclusive, após sugestão do CBHSF, uma sala de crise da Agência Nacional de Águas – ANA, que foi palco de debate sobre a
63 escassez hídrica fortalecendo assim a gestão participativa. Uma vitória de todos dos usuários das águas, do operador
64 nacional do sistema, da ANA, dos perímetros de irrigação, das ONGs que também participaram fazendo suas reivindicações
65 no contexto da questão das vazões e resultou também no primeiro passo daquilo que poderá e será discutido nessa reunião
66 chamado de Pacto das Águas que é talvez objetivo mais ambicioso do CBHSF. Fala que o ano começamos com o lamentável
67 evento que foi o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, uma responsabilidade da Empresa Vale e que custou uma
68 parte substancial da vida do Rio Paraopeba. Reitera que o Comitê agiu imediatamente nesta situação desde o início, através
69 da Câmara Consultiva do Alto São Francisco e diretoria colegiada. Diz ainda que o comitê desde o início se colocou à
70 disposição do presidente do comitê do Paraopeba para segurar um mínimo da logística que o comitê do Paraopeba
71 precisava naquele momento para fazer as articulações necessárias de acompanhamento daquele crime. Diz ainda que o
72 Comitê do São Francisco está pleiteando participar como *Amicus curiae* dos inquéritos, visto que, isso atingiu de alguma
73 forma o Rio São Francisco através do reservatório de Três Marias, mas até agora em função da burocracia brasileira não foi
74 aceito. Fala que em seguida houve eventos de grande porte como os grandes incêndios florestais que não atingiram só a
75 região Amazônica, se estenderam no Pantanal e sobretudo no cerrado que diz respeito diretamente a Bacia. Por último a
76 tragédia do derramamento de óleo que causou imenso impacto econômico, ambiental, social. Diz que o comitê foi um elo
77 de articulação, realizada pelo vice presidente do CBSHF, Maciel Oliveira, que articulou com a marinha, órgãos ambientais,
78 comunidades, ONGs, federação de pescadores, ministério público, academia, dentre outros. No campo institucional, diz que
79 também foi um ano de incertezas, mudanças drásticas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH com hegemonia
80 do poder público. Informa que o CBHSF foi eleito para representar os comitês de bacias de todo o país no CNRH, e que será
81 defendida sobretudo a Lei Nacional das Águas e seus princípios. Fala ainda das demais ações do CBHSF durante o ano de
82 2019, como por exemplo contratação de Planos Municipais de Saneamento Básico e projetos de recuperação
83 hidroambiental. Diz que uma das metas para 2019 foi cumprido que é iniciar o debate sobre o Pacto das águas, pautada
84 nesta plenária. Saliencia a aproximação com os Estados da Bacia, com protocolos de intenção já assinados com o governo de
85 Minas Gerais e Bahia, além de termo de cooperação com o Estado de Alagoas. Na sequência fala sobre a camisa de força
86 que é os 7,5% para custeio da entidade delegatária, sendo que caminhos foram propostos para aumentar a capacidade de
87 execução, no entanto não aceitos pela Agência Nacional de Águas que não abre novas perspectivas e cobra resultados da
88 entidade delegatária além da sua capacidade operacional. Fala ainda sobre o trabalho desenvolvido pelo consultor Pedro
89 Molinas que fez um grande trabalho sobre o Projeto da Transposição cuja impressão foi entregue no credenciamento.
90 Explana sobre demais eventos e ações promovidos/financiados pelo CBHSF como o Encontro dos Comitês Afluentes,
91 Seminário Sustentabilidade Semiárido, Encontro Pescadores Artesanais, operações da Fiscalização Preventiva Integrada –
92 FPI, Festival de Cinema de Penedo e Expedição Científica no Baixo São Francisco, que sugere que este replicado nas outras
93 regiões fisiográficas em articulação com as CCRs. Diz ainda sobre o Chamamento Público para projetos a serem executados
94 no semiárido. Lamenta o afastamento da ANA dos comitês de bacia, sendo que até o momento a diretora presidente da
95 ANA não recebeu o CBHSF e reforça a necessidade da Agência Nacional de Águas aportar recursos adicionais à Agência
96 Peixe Vivo, recursos estes gerados na bacia do São Francisco que são os recursos oriundos do pagamento da compensação
97 financeira pela geração de energia elétrica. Finaliza falando sobre as perspectivas para 2020, com muitas atividades e
98 renovação dos mandatos, III Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, encontro indígenas e quilombolas. Diz que
99 fazer esse balanço é muito importante e não importam as adversidades do momento, naquilo que for competência do
100 comitê será feito. Reitera que há um desmonte da política ambiental, desvalorização da temática de meio ambiente que
101 respinga também recursos hídricos e cria muitas frustrações mas evidentemente que quem sabe aonde quer chegar não

102 para e não importa se haja chuva, se haja sol, se haja seca, se haja tempestade continua caminhando com a consciência da
103 justiça e sobretudo com a visão de que é preciso tomar conta do planeta terra. Agradece a oportunidade e deseja uma
104 reunião produtiva. Na sequência, passa a palavra para Sr. Ailton Rocha que em nome do governo de Sergipe dá boas vindas
105 a todos e fala da satisfação em receber esta plenária. Após recitar uma poesia fala sobre o desmatamento que tem
106 prejudicado inclusive na vazão do rio São Francisco. Reitera a fala do presidente sobre a Gestão de Crise coordenada pela
107 ANA que foi uma demonstração que de fato há maturidade suficiente para o processo de diálogo para encontrar soluções.
108 Explana sobre a temática mudanças climáticas e passa a palavra para Sra. Suzana Montenegro que cumprimenta a todos e
109 fala da satisfação em estar presente na plenária pela primeira vez na condição de presidente do órgão gestor de
110 Pernambuco. Diz que acompanha o comitê não apenas como órgão gestor, mas também como professora da Universidade
111 Federal de Pernambuco e se coloca à disposição para parcerias em prol da gestão das águas do Rio São Francisco. Fala que
112 irá levar para o estado a questão do protocolo de intenções e para universidade o exemplo da expedição realizada no baixo
113 São Francisco. Reitera a importância da união e interlocução com os entes do sistema e agradece em nome das mulheres
114 que lutam pela gestão das águas. Na sequência a palavra é franqueada para o coordenador da CCR Baixo, Honey Gama que
115 fala da importância do rio São Francisco para o município de Aracaju e fala da capilaridade e pluralidade do comitê que
116 chega em lugares que o poder público não alcança. Explana sobre os desafios a serem vencidos em 2020 e conquistas do
117 CBHSF ao longo do ano. Dá boas vindas e deseja uma boa plenária. Em seguida a mesa diretora é desfeita e inicia a
118 **cerimônia de homenagens do CBHSF** a pessoas que atuam em defesa do Rio São Francisco e do meio ambiente, um
119 reconhecimento ao trabalho realizado. Foi convidado o homenageado da região do Alto São Francisco, Sr. Norberto Antônio
120 dos Santos para recebimento da Medalha Velho Chico entregue pelo coordenado da CCR Alto, Adson Ribeiro. Seu Norberto,
121 como é mais conhecido é pescador e morador da cidade de Três Marias desde 1959. Defendeu a categoria enquanto vice
122 presidente da organização não-governamental SOS São Francisco e junto ao comitê da Bacia do Rio São Francisco era
123 membro representando o Instituto Opará. Após pronunciamento do coordenador da CCR Alto SF, Seu Norberto agradece a
124 homenagem e fala da importância do Rio São Francisco na sua vida e na manutenção de várias espécies de peixes. Na
125 sequência, foi convidado José Cisino, para recebimento da Medalha Velho Chico entregue pelo coordenador da CCR,
126 Ednaldo Campos. Engenheiro agrônomo formado pela UNB, especialista em pedologia, Cisino foi diretor da AIBA e
127 participou do colegiado provisório para criação do CBHSF e membro titular do comitê, além de demais outros colegiados.
128 Após pronunciamento do coordenador Ednaldo Campos, José Cisino fala da honra e alegria que é receber esta homenagem.
129 Explana sobre sua saída da AIBA e do CBHSF, mas que continua na luta do desenvolvimento econômico com
130 sustentabilidade. Fala da problemática do oeste da Bahia relacionada a alta exploração de água. Agradece a homenagem e
131 se coloca à disposição para contribuir mais com CBHSF. Ato contínuo, Julianeli Tolentino, coordenador da CCR Submédio
132 convida o Sr. Luiz Dourado para receber homenagem pela região do Submédio. Turismólogo e antropólogo por formação
133 Luiz Alberto Rodrigues Dourado é pós-graduado em educação socioambiental e desenvolvimento sustentável e especialista
134 em governança de recursos hídricos. É membro do CBHSF desde 2009 e atualmente coordena o Grupo de
135 Acompanhamento do Contrato de Gestão do CBHSF. Após pronunciamento do coordenador da CCR Submédio, Dourado diz
136 que é uma honra em receber essa homenagem e agradece principalmente sua esposa por apoiá-lo na luta em prol do São
137 Francisco, após demais palavras Dourado agradece também Almacks Silva, amigo e pessoa que influenciou seu
138 engajamento pelo Velho Chico. Em seguida, Honey Gama, coordenador da CCR Baixo São Francisco entrega a medalha
139 Velho Chico ao homenageado da CCR Baixo, Pedro Lessa. Paraibano de nascença, carioca de formação e sergipano por
140 amor e devoção, Pedro Lessa é engenheiro agrônomo, mestre em agronomia e trabalhou na CODEVASF. Ocupou diversos
141 cargos de relevância no governo de Sergipe e é membro do CBHSF representando este Estado. Fez parte da equipe de
142 acompanhamento da elaboração do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio São Francisco e é membro da
143 Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos – CTPPP do CBHSF. Com a palavra Pedro Lessa diz que essa homenagem é
144 uma prática importante pelo reconhecimento de todo trabalho desenvolvido em prol do Velho Chico. Diz estar honrado e
145 agradece a homenagem. Ato contínuo Anivaldo Miranda entrega a medalha Velho Chico para o homenageado especial,
146 Winston Caetano, presidente do CBH do Rio Paraopeba. Mais conhecido como Tito, Winston se formou em meio ambiente
147 em 2008 e fundou a Associação Ambiental Veredas e Cerrados. Tornou-se conselheiro do CBH do rio Paraopeba, assumindo
148 a presidência do colegiado em 2018. Em reconhecimento a sua luta pelo fortalecimento dos comitês e do seu papel
149 principalmente após o desastre ambiental em Brumadinho que comprometeu longo trecho do rio Paraopeba, o CBHSF lhe
150 presta homenagem. Após pronunciamento do presidente do CBHSF, Tito agradece toda a diretoria do CBHSF pela
151 homenagem e a equipe da Agência Peixe Vivo. Fala do desafio enfrentado após o rompimento da barragem em Brumadinho
152 e conta sobre o apoio que recebeu do CBHSF. Diz que tem aprendido muito com o CBHSF e com muito carinho agradece a

153 homenagem. Em seguida, Antônio Jackson, membro do CBHSF presta homenagem ao presidente do CBHSF, Anivaldo
154 Miranda. Fala que foi nomeado porta-voz de duas câmaras de vereadores de Traipu em Alagoas e a de Gararu em Sergipe.
155 Essas duas câmaras por unanimidade concedem ao Anivaldo Miranda o título de cidadão traipuense e Gararuense. Na
156 oportunidade pede que a próxima plenária seja realizada na cidade de Arapiraca. Em seguida, o presidente do CBHSF
157 pronuncia palavras de agradecimento e na sequência sorteia um livro do Professor Antenor da Universidade Federal de
158 Sergipe. Encerrada as homenagens e sorteio do livro, a palavra é franqueada para o secretário do CBHSF, Lessandro Gabriel
159 para condução da reunião. Este franqueia a palavra para Maciel Oliveira para explanar sobre o **I Seminário dos Pescadores**
160 **Artesanais da BHSF**, realizada em outubro em Penedo/AL. Após exibição do vídeo sobre o seminário, disponível no canal do
161 CBHSF no Youtube, o vice presidente do comitê diz que o evento com os pescadores artesanais foi uma experiência muito
162 boa, em que pode ser debatido as realidades dos pescadores de todas regiões da bacia. Fala também que houve
163 participação da academia levando para os presentes o que está sendo desenvolvido de pesquisa na área da pesca artesanal.
164 Fala ainda sobre a participação de representantes do INSS, ONU, ICMBio, dentre outros. Finaliza agradecendo a Agência
165 Peixe Vivo pelo apoio e franqueia a palavra para senhor Arnaldo, membro do CBHSF, representante da Colônia de
166 Pescadores de Lagoa Grande. Este fala da riqueza dos debates no evento e troca de experiências entre outros pescadores
167 das demais regiões da bacia do São Francisco. Diz estar impressionado com o sucesso e encaminhamentos deste seminário.
168 Agradece a realização do mesmo e espera que seja o primeiro de muitos. Ato contínuo, Larissa Rosa, secretária da CTPPP,
169 relatora da **Oficina de Sustentabilidade do Semiárido**, realizada pelo CBHSF em Petrolina, explana sobre o evento. Fala sobre
170 o trabalho da CTPPP em desenvolver a temática do Semiárido, eixo do Plano de Recursos Hídricos da BHSF. Diz que o
171 semiárido não pode ser mais visto como imagem da miséria, e sim uma região de possibilidades. Não se pode falar em
172 combate à seca, nem convivência e sim com bem viver no semiárido. Explana brevemente sobre as palestras e visita técnica
173 realizada no IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Aproveita a oportunidade e fala sobre o Edital
174 de Chamamento Público para projetos voltados para região do semiárido. Na sequência é projetado vídeo do evento,
175 também disponível no Youtube. Na sequência, o secretário do CBHSF, Lessandro Gabriel, retoma a condução dos trabalhos
176 e coloca em **discussão e votação a ata da XXXVI Plenária Ordinária e XXI e XXII Plenárias Extraordinárias do CBHSF**, realizadas
177 em 16 e 17 de maio de 2019, em Brasília/DF. Após sugestões de alteração, a ata foi aprovada. Na oportunidade, Luiz
178 Dourado reforça a importância de os membros do comitê responderem ao questionário entregue pela Agência Peixe Vivo
179 em atendimento ao indicador 5 do Contrato de Gestão firmado entre a ANA e APV. **Após o intervalo do almoço**, a reunião
180 plenária reinicia com contribuições do membro do CBHSF, Johan Gnadlinger sobre a oficina do Semiárido e Sonáli
181 Cavalcanti, representante da CHESF no CBHSF, que informa sobre carta que a CHESF encaminha no início do período úmido
182 sobre os procedimentos que devem ser adotados para passar sobre esse período. Diz que desde 2013 a BHSF está com
183 baixa hidraulicidade, mas alerta que no período úmido pode acontecer inclusive cheias. Faz a leitura da carta sobre ações
184 preventivas a permanência de condições hidrológicas extremamente desfavoráveis. Alerta em caráter preventivo e com o
185 objetivo de mitigar possíveis impactos da elevação de vazões, caso venha a ser necessária durante o período úmido que horas
186 inicia, para importância e necessidade da adoção de medidas por parte das entidades envolvidas em cumprimento ao seu
187 papel institucional inclusive com relação a conscientização da população de que o controle de cheias exercido pelos
188 reservatórios é limitado devendo portanto ser fortemente habitada a ocupação de áreas situadas nas planícies de
189 inundação sendo assim solicita a todos ampla divulgação junto as comunidades ribeirinhas das informações aqui
190 apresentadas que dizem respeito inicialmente a crise hídrica mas também para o início do período úmido e junto com ele a
191 possibilidade de termos a ter a ocorrência de chuvas que proporcionam mudanças no sentido de reverter o quadro de
192 escassez hídrica hora vigente. Em seguida, senhor Israel Barreto fala da preocupação no nível do lago de Sobradinho. Ato
193 contínuo, Maciel Oliveira, vice-presidente do CBHSF passa a palavra para Irany Braga para apresentar sobre a **Avaliação das**
194 **águas da bacia do Paraopeba frente aos empreendimentos do setor Mineiro-Industrial**. Com a palavra, Irany Baga agradece o
195 convite para apresentar. Diz que esse trabalho foi um projeto demandado pela FIEMG em 2017, sendo que foi a consultora
196 contratada para fazer uma avaliação da qualidade das águas da bacia do rio das Velhas e comparar a qualidade da água com
197 o monitoramento realizado pelo IGAM desde 1997 e em 2018 para a bacia do rio Paraopeba. Mostra o mapa da bacia do rio
198 Paraopeba, composta por 48 municípios que significa 2,5% do Estado de Minas Gerais com uma população de
199 aproximadamente dois milhões e meio de habitantes. Fala sobre as características de precipitação, solo, agricultura, uso e
200 ocupação do solo, uso de água da bacia. Além disso apresenta vazão de retirada por tipologia de indústria e lançamento de
201 efluente por município. Explana sobre o tratamento de esgoto nos municípios que integram a bacia e mostra gráfico com
202 índice de qualidade de esgotamento sanitário e índice de estado trófico dos pontos de monitoramento. Explica que a
203 contaminação por tóxicos, no programa Água de Minas – IGAM, avalia a presença de treze substâncias tóxicas nos corpos

204 de água: arsênio total, bário total, cádmio total, cianeto livre, cobre dissolvido, cromo total, fenóis totais, mercúrio total,
205 nitrito, nitrato, nitrogênio amoniacal total e zinco total. Pra sua avaliação foram incluídos ferro, fósforo e manganês.
206 Apresenta tabela de número de indústrias potencial de contaminação com parâmetros do índice de violação que mostra
207 gestão eficaz do setor industrial resulta em índice de violação do limite legal menor que 5% para contaminantes tóxicos, nas
208 águas do rio Paraopeba, à exceção do Chumbo. Apresenta o ín disse de fenóis. Explica que as indústrias com potencial de
209 contaminação com fenóis estão na região de Betim, Contagem e a maior concentração de agricultura com potencial para
210 fenóis estão em Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco, coincidindo nos dois casos com áreas com maior
211 densidade demográfica, a presença de fenóis é difusa em toda a calha do Rio Paraopeba. Apresenta também a análise para
212 fósforo. Fala que nos pontos de monitoramento em Melo Franco e Betim, respectivamente, são as estações que possuem
213 mais parâmetros com violações do limite legal. À exceção do Chumbo, os demais contaminantes tóxicos, no período
214 analisado apresentaram pequeno percentual de violação (abaixo de 5 %) em cada ponto monitorado, o que indica uma boa
215 gestão e performance do setor de indústria, que possuem 3174 empreendimentos com atividades com potencial de
216 contaminação em algum parâmetro considerado tóxico, na bacia do Paraopeba. Destaca-se que o Alumínio, Ferro e
217 Manganês, estão presente em toda a calha do Paraopeba com valores expressivos de violação. A maioria das violações
218 ocorrem no período chuvoso onde o solo e sedimento de corrente, possuem background natural destes parâmetros.
219 Destaca-se também a presença de fósforo e fenóis ao longo de toda bacia de forma difusa uma vez que temos potenciais de
220 contaminação nas indústrias, agricultura e esgoto doméstico, vindo a interferir no IET (índice de estado trófico) e IQA
221 (índice de qualidade da Água). Em reação ao Chumbo houve melhoria na performance do setor mineiro industrial. Nas
222 regiões da bacia do Paraopeba, com alta densidade demográfica e expressiva presença de indústria, existe o
223 comprometimento do IQA. Através da avaliação dos resultados de IQA, observa-se que muito ainda existe por fazer em
224 termos de Tratamento de Esgoto Sanitário para que o Rio Paraopeba atinja o índice de IQA bom. Nas regiões da bacia do
225 Paraopeba, com alta densidade demográfica, existe o comprometimento do IET. início de operação das ETES de Betim,
226 Esmeraldas contribuíram para a melhora do IET dos corpos receptores destes efluentes e, conseqüentemente, do Rio
227 Paraopeba. Extensas áreas de agricultura podem comprometer a qualidade do IET no Rio Paraopeba. Faz a leitura das
228 sugestões e propostas para os órgãos ambientais e propostas para o setor de indústria, mineração e agricultura. Ato
229 contínuo explana sobre as constatações pós rompimento da barragem da VALE em Brumadinho. Alumínio - redução no
230 valor encontrado, mas ainda alto. Valores em Felixlândia, Abaeté e Três Marias dentro dos limites legais. Ferro – Valores
231 altos em todas os pontos de monitoramento no mês de março, inclusive a montante do rompimento, muito provavelmente
232 pelas chuvas do mês. No entanto, em abril já se observa uma redução grandiosa nos valores, se aproximando ao médio,
233 mas ainda distante da média histórica. Por fim, observa-se que os teores não chegam a Felixlândia e como os valores estão
234 tendo a tendência de decréscimo no mês de abril e, aliado ao fato do tempo de retenção dentro do lago de Três Marias,
235 não se espera que a pluma de rejeito chegue até o São Francisco. Manganês - Observou-se no mês de março, uma queda
236 nos valores máximos deste elemento tendendo a médio, que já é histórico dos anos anteriores. Destaca-se que em Curvelo
237 já é notado a partir de março, a tendência de retorno à média histórica, indicando mais uma vez que a pluma não possui
238 indícios de chegar até o São Francisco. Chumbo - Observa-se que a média de chumbo após o rompimento se enquadra em
239 médio e está acima da média histórica. No entanto, observa-se que já em São Joaquim das Bicas, o valor de chumbo retorna
240 para teores abaixo da legislação e dentro da média histórica para o período. Com relação às máximas, já no mês de março
241 os valores retomam aos limites e os valores de março e abril estão dentro do limite legal. Destaca-se que, em todos os
242 meses os valores máximos das estações de Curvelo e Pompéu estão dentro do limite de baixo. Cobre - As médias estão
243 todas dentro do limite legal. Duas anomalias no item CT alto em Pompéu, no mês de março e abril, chamam a atenção.
244 Sugere-se investigação, uma vez que não é detectado cobre nos pontos anteriores. Com isto podemos afirmar que pode
245 não estar relacionado ao rompimento e sim a algum evento na região. Os demais valores todos dentro do limite legal.
246 Cadmio - Os resultados médios dentro da média histórica. Logo após o rompimento, nos meses de janeiro e fevereiro, foi
247 observado até o BP070 (ponto de monitoramento). Nos demais pontos e no mês subsequente os valores ficaram dentro do
248 limite legal. Mercúrio - Dentro do limite legal como antes do rompimento. Após rompimento, no mês de fevereiro, é
249 observado o elemento até Curvelo no nível alto. Já no mês de março não se percebe mais mercúrio, estando todos os
250 resultados dentro do limite legal. De acordo relatório informativo IGAM, e de acordo com a amostragem diária do mês de
251 outubro realizada pelo IGAM, constata-se que as análises realizadas nas estações ao longo de todo o rio Paraopeba, para os
252 parâmetros arsênio total, cádmio total, chumbo total, cobre dissolvido, cromo total, mercúrio total, níquel total e zinco
253 total, nenhum resultado apresentou violação ao limite legal. Considerando o reservatório de Três Marias, para os
254 parâmetros que possuem limite na legislação nenhum parâmetro apresentou valores acima do limite legal de classe 2.

255 Conclusões: As maiores concentrações de Manganês Total, até 27 vezes o máximo histórico, foram observadas nas estações
256 BP068 (Itatiaiuçu; Crucilândia, Brumadinho e Rio Manso) a BP072 (Betim e Contagem). As concentrações de Manganês
257 Total têm apresentado redução ao longo do Rio Paraopeba e ao longo do tempo, intercalada com elevações, possivelmente
258 provocadas por carreamento de rejeito pelas chuvas. Observa-se que os maiores valores dos parâmetros monitorados
259 ocorreram logo após o desastre, principalmente nos primeiros 40 km do Rio Paraopeba, quando foram sentidos os efeitos
260 imediatos da frente de rejeitos e dos materiais que foram sendo incorporados ao material extravasado da barragem B1, à
261 medida que ela ia passando. Após o rompimento da barragem da Mina do Feijão, observa-se que estes valores aumentaram
262 significativamente e se localizam até o dia 20 de março, para Alumínio e Ferro até o ponto BP099 em Felixlândia/Pompéu, e
263 para Manganês até o BP083 na cidade de Paraopeba. Ademais, verificaram-se grandes oscilações para os parâmetros nas
264 semanas subsequentes, sobretudo devido as ocorrências de chuvas, que contribuíram com a remobilização do material
265 depositado no leito do rio ou novos aportes de rejeitos no Rio Paraopeba, de trechos a montante. Observa-se que, antes do
266 rompimento da Barragem da Mina do Feijão, ou seja, no período de 2000 a 2018, em toda extensão da calha do Rio
267 Paraopeba, é observada a presença acima do limite preconizado pela legislação, dos parâmetros Ferro, Manganês e
268 Alumínio causado muito provavelmente, por carreamento de solo com background desses elementos e que estas violações
269 ocorrem no período de chuva. O Chumbo é o único parâmetro dos chamados “Contaminantes Tóxicos” que apresenta
270 violações ao limite legal. Já após o rompimento, o cobre foi observado somente em Pompéu na campanha de março e abril,
271 não havendo indícios nos pontos a montante mesmo nos dias subsequentes ao rompimento. Cádmiio e Mercúrio
272 apresentaram teores somente nas campanhas imediatamente após o rompimento, não sendo mais observado nas
273 campanhas subsequentes até a data avaliada. Demais parâmetros não foram observadas anomalias após o rompimento.
274 Após diversas perguntas, comentários e esclarecimentos sobre a temática, o vice presidente do CBHSF agradece a presença
275 de Irany Braga e passa para o próximo ponto da pauta. Convida o professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Sr.
276 Evandro Moraes da Gama para **apresentar sobre Tecnologias de reciclagem de rejeitos de minério**. Este agradece a
277 oportunidade de ser convidado pelo Anivaldo Miranda para apresentar seu trabalho. Fala sobre sua experiência e formação.
278 Na sequência apresenta o modelo hidrológico para o aquífero Cauê (quadrilátero ferrífero / região metropolitana de Belo
279 Horizonte), seus sistemas de produção, captação e usos da água e na sequência apresenta estudo de caso: Mina Pau
280 Branco. Fala sobre a economia circular (Minério de ferro – resíduos - transformação de resíduos em matéria prima –
281 fabricação de produto – para consumo industrial). Explica que barragens e depósitos de estéreis existem pois são
282 necessários a produção exemplo do aço e derivados, mas são tratados de forma pouco produtiva, acabam sendo um risco
283 para a vida humana e para o meio ambiente. Explana como transformá-los em coprodutos, produzindo a economia circular.
284 As barragens de lama e os depósitos de estéreis possuem substâncias em comuns, argila, areia e o ferro. As argilas
285 podemos transformar em cimento, a areia podemos selecionar e usar para fabricação de vidros, concreto, argamassas,
286 pavimentação de estradas o ferro podemos tratar para fabricação do aço. A base está no conhecimento mineralógico
287 profundo e na transformação mineralógica, através da utilização do calor a baixas temperaturas e as minúsculas partículas
288 que compõem as lamas e os estéreis. O processo básico consiste em retirar a água da argila e do ferro, pois na forma que
289 estão depositados não podem ser utilizados e não produziram cimento nem o ferro para o aço. O processo consiste em
290 calcinar estes materiais a baixas temperaturas transformando a mineralogia original em mineralogia amorfa. Esse processo
291 é feito a seco e intitulado de calcificação flash. Mostra a estimativa de perdas pelo rompimento da barragem de Fundão –
292 cerca de 37,6 bilhões de reais e investimento em barragens (caso Forquilha V – localizada em Ouro Preto/MG) cerca de
293 718,81 milhões de reais permitindo a disposição total de 88,2 milhões de toneladas de resíduos. Explana sobre os custos de
294 construção e manutenção dos depósitos de estéreis. Explica que os depósitos de estéreis ocupam áreas maiores que as
295 barragens. Nesses depósitos os estéreis francos, como filito e metabásicas das minerações de ferro são depositados. Áreas
296 300 hectares a 3000 hectares onde se tem matas, nascentes e áreas de recarga pluvial são tomadas por depósitos de
297 estéreis. O risco de ruptura é controlado pois não tem água, porém o constante carreamento de finos dos depósitos para
298 drenagens naturais e áreas de recarga, são uma ameaça a água subterrânea consequentemente às nascentes. Fala sobre o
299 custo para se manter um depósito de estéreis, para 8 milhões t/ ano é da ordem de 12 milhões de reais. Define rejeitos de
300 mineração e estéreis de mineração. Mostra as principais e maiores minas e barragens no quadrilátero ferrífero. Diz que
301 barragens de rejeito convencionais são obras de terra geotécnicas construídas sobre maciço terroso tratado
302 geotecnicamente para uma melhor estabilidade, o corpo da barragem é construído com solo compactado e filtros para dar
303 passagem a água. Armazenam material de fino e grosso com água constituindo uma polpa com até 90% de água. Este
304 material é heterogêneo que não sedimenta de forma homogênea sempre sujeito a liquefação e entupimento dos filtros,
305 apresentando erosão. É uma construção rústica que depende muito do construtor com tecnologia dos anos 60. Sua

306 construção se assemelha a construção de açudes para armazenamento de água. Fala ainda que o conhecimento científico e
307 tecnológico sobre ruptura de barragens ainda é muito limitado. Em 2017, o Departamento Nacional da Produção Mineral –
308 DNPM, atual Agência Nacional de Mineração – ANM, criou o cadastro nacional de barragens através da portaria do MME
309 70.389. Essa portaria determina que todas as mineradoras façam o cadastro de suas barragens, assim como estabelece
310 critérios para atribuir às barragens a categoria de riscos e danos potenciais associados. Entretanto esse cadastro não é um
311 instrumento efetivo de engenharia e não permite uma avaliação das condições técnicas para a estocagem,
312 descomissionamento e descaracterização da estrutura. Apresenta as características físicas, químicas e mineralógicas das
313 lamas estocadas em barragens de resíduo de minério de ferro e caracterização de resíduos de mineração depositados em
314 barragens e depósitos de estéreis. Fala que os produtos podem ser utilizados para: Indústria química, Indústria cimenteira e
315 Construção civil. Apresenta as propriedades técnicas e científicas dos estéreis e rejeitos. Fala sobre a Calcificação Flash –
316 tecnologia limpa de fabricação de pozolana artificial e óxido de ferro para metalurgia e siderurgia. Mostra fotos de produtos
317 tipos/formatos/cores de blocos/tijolos para emprego na construção civil (pavimentação, paredes, contenção de encostas
318 etc.) a partir de rejeitos da mineração, produtos secundários para aplicação infraestrutura civil e pavimentação e fotos de
319 casa construída com esses produtos. Conclui explanando sobre os desafios e oportunidades. Após diversas perguntas,
320 comentários e esclarecimentos sobre a temática, o vice presidente do CBHSF agradece a presença do professor Evandro e
321 passa para o próximo ponto da pauta. **Deliberação CBHSF Ad referendum nº 108/2019** que dispõe sobre a doação de bens
322 adquiridos e benfeitorias realizadas no âmbito do projeto especial de construção do sistema de abastecimento de água –
323 SAA da Aldeia Serrote dos Campos, em Itacuruba/PE, objeto do Contrato nº26/2017 e **Deliberação CBHSF Ad Referendum nº**
324 **109/2019** que dispõe sobre a doação de bens adquiridos e benfeitorias realizadas no âmbito do Projeto especial de
325 construção do Sistema de Abastecimento de Água da ETA II, situada à margem direita do Rio São Francisco, em
326 Pirapora/MG. Com a palavra, o gerente de projetos da Agência Peixe Vivo, Thiago Campos explica que a deliberação que se
327 tratava dos bens do projeto desenvolvido na aldeia Serrote dos Campos foi aprovada como cessão de bens e benfeitorias,
328 no entanto, a condição da cessão é que o bem permanece sob responsabilidade da Agência Peixe Vivo. Neste sentido, é
329 preciso fazer a doação desses bens adquiridos em que não passaram a ser um ativo PAV e sim, neste caso da Aldeia. Diz que
330 o mesmo se aplica em relação ao sistema de captação no município de Pirapora no qual é necessário que doar os bens do
331 projeto ao SAAE. Na sequência as deliberações são colocadas para aprovação. Ambas foram aprovadas por unanimidade.
332 Sem seguida, passa para o próximo ponto da pauta, **apresentação sobre manchas de óleo que atingiram o litoral nordeste**
333 **brasileiro**. Maciel Oliveira informa que esta apresentação seria em formato de mesa redonda, no entanto, devido ao
334 avançar do horário a representante do Ministério Público, Procuradora Dra. Livia Tinoco e representante do IBAMA não
335 poderão participar. Neste sentido, chama o professor da Universidade Federal de Alagoas, Emerson Soares, coordenador da
336 força tarefa do óleo da UFAL para explanação. Este agradece a oportunidade e informa que a força tarefa é composta por
337 aproximadamente vinte e oito pesquisadores que trabalham em várias linhas de pesquisa. Fala sobre o caso do Prestige na
338 Espanha, costa da Galícia em 2002, cujo óleo com densidade e características são similares ao caso que ocorreu no Brasil.
339 Explana sobre os impactos do óleo sobre o manguezal, que é muito sensível podendo ter impacto letal em algumas
340 semanas ou meses. Outras impacto possíveis são o decréscimo na cobertura folhosa, falhas na germinação e aumento da
341 sensibilidade a outros impactos. Fala ainda sobre impactos do óleo sobre os recifes de coral, com mortalidade direta,
342 diminuição na cobertura, diversidade e recrutamento, diminui as taxas de crescimento, branqueamento, aumento do risco
343 de predação e diminuição do sucesso reprodutivo. Os impactos do óleo sobre as tartarugas marinhas são mortalidade
344 direta, diminuição de taxas de crescimento, favorece o desenvolvimento de doenças, aumenta o risco de predação, diminui
345 as taxas reprodutivas e altera seu comportamento. Além disso fala sobre a contaminação de praia de desova e de
346 ecossistemas costeiros e zona oceânica como por exemplo aprisionamento ou dificuldade de movimentação, intoxicação
347 através da ingestão do óleo, da inalação dos vapores provenientes deste e contaminação da cadeia alimentar. Sobre o
348 impacto sobre o desenvolvimento de larva de peixes e invertebrado são mortalidade de larvas, anomalias no
349 desenvolvimento e impactos populacionais médio e longo prazo. Explana sobre casos semelhantes como da Bahía Las
350 Minas no Panamá em 1986 e seu tempo de recuperação dos manguezais. Diz que estimasse que o óleo veio pela corrente
351 sul-equatorial que em sentido anti horário se divide em duas: corrente das Guianas e do Brasil. Mostra o tráfego de
352 embarcações no período do acidente. Mostra fotos dos primeiros sinais de contaminação em agosto de 2019, em que
353 foram encontradas 60 bolachas do mar com manchas e mortas. Diz o que está sendo feito em Alagoas: Monitoramento dos
354 corais, Coleta de água para análises, Coleta de sedimentos, Análise do tipo do óleo, Análise dos organismos aquáticos,
355 Monitoramento do mangue e de outros organismos e macroalgas. Reitera a importância dos manguezais como berçário de
356 espécies e local de alimentação e reprodução. Fala sobre a acumulação de poluentes nos zooplânctos o que pode acarretar

357 problemas para os seres humanos em efeito bioacumulador. Mostra dados da organização mundial da saúde em que
358 atualmente morrem 1,7 milhões de crianças de até 5 anos e 4,9 milhões de adultos entre 50- 75 anos no mundo
359 decorrentes de exposição ao ambiente contaminado e/ou poluído, sendo que a redução de riscos ambientais pode prevenir
360 cerca de 26% dessas mortes. Explana sobre as análises em andamento de amostras de água, sedimento do óleo cru e biota.
361 Diz que a capacidade da força tarefa atualmente é o processamento de até 20-30 amostras mensais dependendo do tipo de
362 material e número de elementos a serem quantificados. Mostra os equipamentos utilizados e resultados prévios. Fala
363 também sobre a relação das aves limícolas migratórias e o derramamento. Diz que além de contaminar o substrato e os
364 itens alimentares dessas aves, os corpos oleosos tem se agregado aos detritos presentes nas praias, onde as aves costumam
365 descansar enquanto não estão se alimentando. Diz que 4 espécies tiveram decréscimo assim que o óleo chegou. No
366 entanto nas campanhas seguintes houve aumento na quantidade de indivíduos em toda a faixa amostrada. Até o momento
367 foram realizadas expedições nas áreas mais atingidas pelo óleo no estado de Alagoas (Piaçabuçu, Pontal do Peba, Coruripe,
368 nos baixios de Dom Rodrigo) utilizando a metodologia da busca ativa e registros fotográficos. Cita também outras atividades
369 realizadas como capacitação de voluntários e palestras em escolas. Agradece a oportunidade e se coloca à disposição.
370 Maciel Oliveira parabeniza o trabalho desenvolvido pelo professor Emerson e fala da importância da valorização do trabalho
371 desenvolvido pelas universidades. Fala ainda que o CBHSF também é um canal entre a academia, com informações técnicas
372 científicas e a sociedade. Em seguida, passa a palavra para Honey Gama que acompanhou as discussões e audiências
373 promovidas pelo Ministério Público de Sergipe relacionadas ao óleo representando a OAB. Este diz que tem participado de
374 diversas discussões relacionadas a esse episódio e que dificulta muito o trabalho é a não saber ainda a fonte poluidora, que
375 dificulta inclusive as ações judiciais. Diz ainda sobre a possibilidade de a União assumir as medidas compensatórias do dano
376 caso o infrator não seja identificado. Explana sobre os problemas econômicos que esse derramamento de óleo causou,
377 principalmente para os pescadores da região. Parabeniza pelo trabalho desenvolvido pelo Prof. Emerson e dos
378 procuradores federais. Fala ainda que seguirá vigilante acompanhando essa questão e que espera que ao final haja medidas
379 efetivas de compensação para o meio ambiente e que neste momento está muito preocupado com o reflexo desse dano ao
380 meio ambiente e sua recomposição, como também a sobrevivência das pessoas que vivem da pesca nessa região. N
381 sequência, Marcelo Ribeiro, membro da Câmara Técnica Institucional Legal do CBHSF, fala que acompanhou uma audiência
382 pública promovida pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, em que escutou o relato dramático das marisqueiras e
383 pescadores artesanais que está sendo extremamente prejudicada com essa condição do óleo. Fala da morosidade do
384 governo federal na ativação do plano de contingência. Informa que foi criado um grupo de trabalho no âmbito do Conselho
385 Consultivo da APA Costa dos Corais para elaboração de plano com relação a incidentes semelhantes, para aplicação
386 inclusive na foz do São Francisco, se necessário, e convida o Prof. Emerson Soares a participar deste grupo. Após diversas
387 perguntas, comentários e esclarecimentos sobre a temática, prof. Emerson agradece ao CBHSF por mudar a vida de muitas
388 pessoas, inclusive dos pesquisadores. Diz que a universidade passa por um momento de inércia com situações de cortes
389 orçamentários o que tem causado desânimo para muitos, mas graças ao apoio, cooperação e parceria do CBHSF, aqui
390 representado especialmente por Anivaldo Miranda, que conhece a importância da academia na geração de conhecimento,
391 esse cenário tem mudado, dando motivação e subsídios para continuidade dos trabalhos em prol da melhoria das águas do
392 Rio São Francisco. Na sequência, o presidente do CBHSF fala sobre a mobilização junto com as prefeituras mostrando que a
393 sociedade às vezes age com mais rapidez do que o próprio poder de estado porque percebe que alguma coisa grave
394 está acontecendo. Houve grande participação de pescadores, moradores e até turistas na limpeza das praias. Diz
395 preocupado com a ausência de ações efetivas do país quando se trata desses desastres como as queimadas, rompimento
396 de barragens e derramamento de óleo. Diz ainda que o CBHSF não pode deixar que esse evento seja esquecido, é preciso
397 investir recursos nas pesquisas para saber o que aconteceu com os corais, sedimentos oceânicos, dentre outros. Conclui
398 dizendo que o próximo ano o CBHSF deverá discutir interação de gestão Costeira com gestão Continental, importante
399 diálogo que infelizmente não se faz nesse país. Na sequência, Maciel Oliveira franqueia a palavra para Thiago Campos, para
400 apresentar sobre o **status dos projetos contratados e demandados com recursos da cobrança pelo uso de Recursos Hídricos**
401 **da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Este cumprimenta todos os presentes e explana sobre os projetos contratados e
402 demandados pelo CBHSF. Fala que o todo, considerando os apoios são 81 ações planejadas e fala as estimativas previstas
403 para desembolso em 2020. Mostra a distribuição dos investimentos em relação aos eixos do Plano de Recursos Hídricos da
404 Bacia do Rio São Francisco (PRH SF): Eixo I – Governança e mobilização social – 27%; Eixo II – Qualidade da água e
405 saneamento – 15%; Eixo III – Quantidade de água e usos múltiplos – 17%; Eixo IV – Sustentabilidade hídrica do semiárido –
406 9%; Eixo V – Biodiversidade e requalificação ambiental – 20% e Eixo VI – Uso da terra e segurança de barragens – 3%. Total
407 estimado para execução em 2020, 81,4 milhões de reais. Projeta planilha com todas as ações previstas. Na sequência, Ana

408 Catarina questiona que o Programa de Fiscalização Integrada ser tratado como apoio no Plano de Aplicação, sendo que a
409 fiscalização é u instrumento de gestão. Pede que essa questão seja tratada com mais clareza. O gerente de projetos da APV
410 explica que atualmente a FPI é viabilizada como um apoio e não como projeto. Na sequência, a palavra é franqueada para
411 Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, Rúbia Mansur para apresentar sobre a **reestruturação da Agência Peixe Vivo e**
412 **suas ações para otimização de seus processos**. Esta diz que em 2019 a APV passou por uma reestruturação, sendo que agora
413 sua diretoria executiva é composta pela Diretora Geral e quatro gerências: Projetos, Integração, Administração e Finanças e
414 Gestão Estratégica. Explica brevemente a competência de cada gerência e diz que tal reestruturação busca trazer mais
415 agilidade nas operações da agência considerando principalmente sua limitação de custeio. Apresenta a Missão, Visão e
416 Valores da entidade e em seguida, passa a palavra para Mateus Carvalho, novo funcionário da APV responsável pela
417 coordenação de tecnologia que apresenta os sistemas desenvolvidos e em desenvolvimento para trazer agilidade aos
418 processos da APV. Um deles é o sistema de acompanhamento de demandas, em que os membros do CBHSF e sociedade
419 em geral poderão acompanhar *on line* os status de contratação e execução dos projetos demandados pelos comitês.
420 Finaliza apresentando um vídeo institucional da Agência Peixe Vivo. Com a palavra, Luiz Dourado diz que como coordenador
421 do grupo do contrato de gestão demonstra preocupação em relação ao custeio da Entidade Delegatária e diz que o CBHSF
422 deverá trabalhar com mais coercitividade e proficiência para no aumento da execução. Diz estar satisfeito com o rumo que
423 a Agência Peixe Vivo está tomando, com ações que visam mais agilidade e eficiência. Para finalizar os trabalhos do dia,
424 Anivaldo Miranda fala da luta dos comitês de mineiros em relação a projeto de reordenamento da estrutura dos comitês do
425 Estado. Fala que houve uma reunião na Assembleia Legislativa em Belo Horizonte em que o Anselmo Caires foi
426 representando o CBHSF, solidarizando assim com os comitês de Minas Gerais. Diz ainda que essa construção deve ser
427 democrática e debatida com os comitês, respeitando assim a base do Sistema de Recursos Hídricos. Com a palavra, Maciel
428 Oliveira encerra os trabalhos do primeiro dia de reunião. Este retoma a reunião no segundo dia às 09 horas, após a
429 verificação do quórum. O cerimonialista convida para recebimento da Medalha Velho Chico, pelas mãos do presidente do
430 CBHSF, o Deputado Federal Rodrigo Agostinho, em reconhecimento pelo trabalho prestado em prol do Rio São Francisco.
431 Advogado, ambientalista e político, deputado federal Rodrigo Antônio de Augustinho Mendonça é presidente da comissão
432 de meio ambiente, desenvolvimento sustentável da câmara dos deputados e membro titular da comissão de ciência e
433 tecnologia, publicação e informática. Integra a frente parlamentar ambientalista do congresso nacional e é membro da
434 diretoria da frente parlamentar mista contra a corrupção. Um dos autores de projetos que regulamentam o uso do cerrado,
435 está à frente a discussão sobre segurança de barragem e é envolvido com as causas do CBHSF. Com a palavra, Anivaldo
436 Miranda diz que Rodrigo Agostinho já foi presidente de Comitê de Bacia Hidrográfica, que é uma grande vantagem para
437 todos seguimentos de recursos hídricos e tem ajudado muito o CBHSF. Diz que é o tipo de parlamentar que deixa as postas
438 abertas e todas as vezes que temos a necessidade de interagir com matérias que precisem do legislativo encontramos
439 sempre aqui na pessoa de Agostinho uma grande acolhida. Após demais explanações, Anivaldo Miranda franqueia a palavra
440 para o homenageado. Este diz estar honrado com o recebimento desta medalha. Fala que tem uma paixão muito grande
441 pelo cerrado brasileiro notadamente pelo Rio São Francisco. Fala da grande responsabilidade da sua posição e informa que
442 está trabalhando intensamente para aprovação dos recursos do IBAMA prometidos para o São Francisco, mais de 1 bilhão
443 de recursos para o Rio São Francisco. Diz ainda que vários estados têm propostas para reduzir o número de comitês de
444 bacia e acabar com outros conselhos. Fala que o governo precisa abrir espaço para diálogo, e não tomar decisões de cima
445 para baixo sem ouvir as partes, neste sentido o CBHSF pode contar com ele. Diz ainda que trabalha para que o Brasil
446 entenda a necessidade de uma política nacional das mudanças climáticas pois se não tiver água não vai ter cultura. Há
447 necessidade de compatibilização do meio ambiente e economia para que o crescimento do país respeite as tradições de um
448 povo. Finaliza dizendo que é uma satisfação estar presente nessa reunião e que irá assistir os debates e discussões. Após a
449 homenagem a palavra é franqueada para Flávia Simões, representante da Agência Nacional de Águas – ANA para explicar a
450 necessidade da **DN CBHSF que aprova o sétimo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010 celebrado entre a ANA**
451 **e Agência Peixe Vivo**. Esta lamenta o afastamento da ANA com o CBHSF, diz que este ano a ANA tem passado por uma
452 transição, mas que a ANA tem trabalhado na bacia do São Francisco. Cita os estudos sobre os Aquíferos Uruçuia e Bambuí,
453 apoio na elaboração do Plano Diretor da Bacia do Paraopeba, recursos para monitoramento, recursos para fortalecimento
454 dos conselhos estaduais, dentre outros. Explica que no sexto termo aditivo há recurso de quatro milhões e meio e um plano
455 de trabalho específico focado no monitoramento da qualidade da água. Começaram as discussões do que seria de fato
456 realizado com esse recurso, decidindo assim monitoramento do baixo São Francisco. Por fim foi realizada uma oficina em
457 Maceió que após mais de um ano de discussão, se tem hoje um termo de referência que não estava no escopo principal do
458 plano de trabalho aprovado anteriormente. Diante do exposto, há necessidade deste sétimo termo aditivo que tem como

459 objetivo adequar o plano de trabalho específico ao que de fato será contratado. Finaliza reiterando que o CBHSF deve
460 repensar na forma de escolher as prioridades. A arrecadação com a cobrança é pouco mais que trinta milhões por ano,
461 pouco recurso para as demandas. A utilização deste recurso deve ser bem pensada com responsabilidade e inteligência. Na
462 sequência, Ana Catarina, coordenadora da CTPPP fala sobre o trabalho realizado no âmbito da câmara técnica relacionado a
463 este termo de referência aprovado. Em seguida, Maciel Oliveira apresenta o texto e coloca Deliberação para debate, sendo
464 essa aprovada por unanimidade pelo plenário. Em seguida, passa a palavra para o consultor Leonardo Mitre para **apresentar**
465 **a avaliação da Operação de reservatórios de água e definição de subsídios para proposição e um Pacto das águas na BHSF.**
466 Após se apresentar, Leonardo Mitre explana detalhadamente cada uma das etapas desenvolvidas no estudo. Etapa 1A–
467 Análise histórica da operação dos reservatórios ao longo dos anos de 2013 a 2018. Etapa 2A - Levantamento de usos de
468 recursos hídricos na BHSF; Etapa 1B – Análise de cenários de potenciais crises na bacia e proposta de metodologia para
469 geração de um Plano de Gestão de Crises e etapa 2B – Construção de um modelo conceitual para um Pacto das Águas da
470 BHSF. Faz contextualização da bacia, sua divisão fisiográfica e índices médios e regimes de chuva em cada uma das porções.
471 Ainda na contextualização mostra os principais reservatórios da bacia, seus volumes e regimes de operação: regularização
472 de vazões e a fio d'água. Cita as Resoluções ANA sobre redução das vazões através de linha do tempo (2013 a 2019). Fala
473 também sobre os Planos Estaduais de bacia, sendo que nenhum deles previu crise hídrica ou ações para sua solução e
474 minimização de efeitos na bacia, assim como o PRH SF 2016-2025, sendo que este poderia ter aprofundado no diagnóstico
475 para avaliação da crise hídrica e seus impactos para bacia e nas discussões de diretrizes para aplicação dos instrumentos de
476 gestão e proposição de áreas de restrições de uso. Apresenta dados de monitoramento fluviométrico e pluviométrico e
477 avaliação de operação ao longo do período 2013-2018 e mostra, através de gráficos, análises das vazões médias anuais
478 escoadas na bacia. Apresenta também a série histórica totais anuais para análise das chuvas na bacia. Na sequência mostra
479 as vazões afluentes e defluentes aos reservatórios e volumes acumulados das UTE Três Marias e Sobradinho. Faz
480 considerações sobre a operação dos reservatórios e reitera a importância da Sala de Situação e política de operação de
481 reservatórios empreendida ao longo desses últimos seis anos, que foi fundamental para que a bacia pudesse passar esse
482 período crítico mantendo volumes úteis mínimos nos reservatórios mesmo nos meses de estiagem mais crítica do período,
483 apresentando razoável recuperação com as vazões de cheia do ano hidrológico 2018/2019. Apresenta a atualização das
484 informações de demandas na bacia (comparativo 2000 e 2014) e as bases de dados utilizadas para tal análise. Crescimento
485 de 24% do total outorgado em 14 anos. Mostra síntese da distribuição de retirada para total outorgado para águas
486 superficiais e subterrâneas. Em seguida apresenta análise de cenários de potenciais crises na bacia e proposta de
487 metodologia para geração de um Plano de Gestão de Crises PGC SF). Faz leitura das diretrizes para um PGC SF: A
488 identificação da crise deve ser realizada com agilidade e de forma técnica; as ações devem ser tomadas de forma rápida e
489 assertiva; Durante o momento que a bacia estiver em crise, deve ser verificada possibilidade da execução da maior parte
490 das atividades; definir de forma clara os responsáveis pela tomada de decisão e pelo acompanhamento das ações; o PGC SF
491 deve ter ações e as responsabilidades definidas antes da ocorrência da crise; os responsáveis deverão ser treinado ou ser
492 capazes de agir; assegurar e prever de forma antecipada os recursos e ou formas de acesso a elas antes da ocorrência da
493 crise; prevê plano de comunicação para ser acionado no momento da ocorrência da crise; monitorar o processo de gestão
494 durante o evento de crise; o PGC deve prever prazos para atualização e revisão e as revisão ou elaboração de normativos
495 específicos, devem ser indicados no PGC. Apresenta também as etapas propostas para o PGC: 1. Preparação/Planejamento,
496 2. Formalização da crise; 3. Adoção do plano de ações para gestão da crise e 4. Conclusão da crise/monitoramento.
497 Apresenta modelo proposto. Em seguida explana sobre a construção de um modelo conceitual para um Pacto das Águas da
498 BHSF. Diz que o pacto deve ser entendido como um processo. Primeiro planejamento para o pacto, uma atividade
499 fundamental para seu sucesso. Esta etapa pode durar anos por ser um momento de acordar compromissos viáveis. Na
500 sequência assinatura do pacto, fundamental que tenha um processo de mobilização e divulgação e um importante evento
501 com acompanhamento geral e por último o cumprimento dos compromissos acordados. No modelo conceitual é colocada
502 algumas perguntas que deverão ser respondidas: por que se deseja celebrar o pacto? Quem deve participar? Onde se quer
503 chegar com o Pacto? Quem vai executar suas ações? Quais ações são necessárias? Como acompanhar sua execução e
504 verificar seu nível de cumprimento? Qual o valor para executar as ações e quem irá financiar? Apresenta as justificativas
505 para assinatura do pacto: necessidade de pactuar a alocação de água para as principais sub-bacias e estabelecer vazões de
506 entrega; pactuar a alocação de água por estado e por setor usuário; pactuar a atuação harmônica e integrada dos órgãos
507 gestores de recursos hídricos na implementação e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão; pactuar um modelo de
508 atendimento a condições de crise na bacia como estiagens ou cheias extremas; pactuar a atuação articulada dos estados
509 nas ações de revitalização da BHSF; pactuar a articulação, mobilização e atuação dos estados na execução das ações do PRH

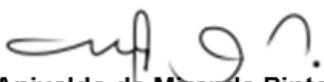
510 SF 2016-2025. Explana sobre os participantes do Pacto nos três momentos do processo. Na fase de planejamento sugere a
511 realização de uma oficina para discussão dos objetivos do Pacto com participação do CBHSF, Estados e União e Agência
512 Peixe Vivo. Em seguida à oficina serão realizadas reuniões entre órgãos gestores de recursos hídricos para refinamento das
513 propostas do Pacto de acordo com a capacidade de cumprimento dos compromissos. No segundo momento que é o da
514 assinatura, o evento deverá contar com CBHSF, União, Ministério do Desenvolvimento Regional e ANA; além dos Estados,
515 secretarias de estado e governadores. No terceiro momento que é cumprimento dos compromissos do pacto, realização de
516 um seminário inicial para detalhamento das ações com a presença do CBHSF, Agência Peixe Vivo, Estados, União e
517 representantes dos principais setores usuários. Fala que os objetivos do pacto devem ser relacionados às justificativas e
518 apresenta os aspectos e princípios a serem considerados para construção das metas. Objetivos: Estabelecer vazões de
519 entrega dos principais afluentes para o rio São Francisco; Pactuar demandas máximas alocadas por estado na BHSF;
520 Estabelecer prazos para a implementação da cobrança pelo uso da água nas bacias estaduais; Definir base comum
521 georreferenciada de disponibilidade hídrica e demanda na BHSF para utilização para análise de outorgas; Estabelecer prazos
522 para a realização de estudos e aprovação dos enquadramentos de corpos de água em classes em toda BHSF, principalmente
523 envolvendo corpos de água estaduais; Estabelecer padrões de qualidade de entrega dos principais afluentes para o Rio São
524 Francisco; Estabelecer prazos para a conclusão da elaboração dos planos de bacias estaduais em modelos como plano de
525 ações de recursos hídricos; Estabelecer prazos para a compatibilização integral dos sistemas estaduais de informações
526 sobre recursos hídricos com o Sistema Nacional de Informações sobre RH; Estabelecer prazos para definição e adequação
527 da bacia a um modelo de atendimento a situações de crise; Estabelecer metas estaduais para a realização e cumprimento
528 de ações de revitalização da BHSF; Estabelecer metas estaduais para o cumprimento das ações de suas responsabilidades
529 do PRH SF e de fortalecimento institucional. Fala da importância da definição de metodologia de monitoramento do Pacto
530 que deve ser de suas ações: desempenho/performance e do atendimento aos compromissos: resultados/impactos para a
531 bacia. Finaliza com considerações finais: Planejamento do Pacto deve ser assumido de suma importância; outros pactos
532 demoraram algumas dezenas de anos para serem assinados; é fundamental que todos estejam de acordo; o Pacto não trata
533 apenas de estabelecer vazões alocadas e de entrega; ferramentas de monitoramento e de revisão ao longo do tempo; as
534 ações do Pacto devem ser diretamente conectadas com o PRH SF e sua finalidade geral deve ser o atendimento aos usos da
535 bacia da melhor forma. Após maiores discussões, esclarecimentos e parabenização, por parte de membros do comitê, pelo
536 trabalho desenvolvido pelo consultor Leonardo Mitre, este agradece a oportunidade e se coloca à disposição. Em seguida,
537 Maciel Oliveira convida o professor Emerson Soares para **apresentar sobre a Expedição Científica no Baixo São Francisco**.
538 Este, antes de iniciar sua apresentação convida duas pessoas que fizeram parte da expedição, Antônio Jackson, CBHSF e
539 professor Cabral, representante da Embrapa em Sergipe. O professor explica que a expedição contou com a participação de
540 47 pesquisadores entre brasileiros, um espanhol e um português e 12 estudantes universitários de 13 instituições de
541 ensino, pesquisa e extensão que se envolveram nas atividades ao longo de mais de uma semana. Foram dez dias de
542 trabalho, percorrendo os municípios de Piranhas, Pão de Açúcar, Traipu, Porto Real do Colégio, Propriá, Igreja Nova, Penedo
543 e Piaçabuçu. Diz que foram aproximadamente duas mil visitas à embarcação e mil e duzentas amostras coletadas de peixes,
544 água, sedimentos, dados meteorológicos e socioeconômicos, bem como sobre assoreamento, desmatamento, níveis de
545 poluentes, no solo, metais pesados, dados para engenharia na parte de batimetria e relevo aquático. Fala que esta
546 expedição foi o maior marco e levantamento dos dados do Baixo São Francisco, sendo que tudo está sendo trabalhado e
547 compilado. O resultado será divulgado em maio de 2020. Diz que diante dos resultados dos materiais analisados vários
548 encaminhamentos serão dados para a melhoria da qualidade da água do rio São Francisco e daqueles que se encontram nas
549 regiões ribeirinhas, como é o caso dos pescadores. Durante a expedição foram desenvolvidas diversas atividades de
550 educação ambiental tanto na balsa onde se encontravam pesquisadores e estudantes de universidades, quanto nas escolas
551 municipais das cidades visitadas no período da expedição. Na balsa, havia uma exposição de fotos “Olhares ambientais,
552 conhecer para preservar e defender”. Foram 80 fotos cedidas por 14 fotógrafos com imagens de animais da fauna terrestre
553 e aquática de Alagoas, que estão ameaçadas de extinção. Professores receberam estudantes de escolas públicas e
554 orientaram sobre o uso da água e o meio ambiente. Ao parar a embarcação nas cidades, professores e pesquisadores foram
555 às escolas, ministraram palestras sobre educação ambiental e distribuíram mudas de árvores nativas. Além da educação
556 ambiental, houve mobilização social junto aos estudantes das escolas municipais e foi também foi testado um novo sistema
557 de conversão de energia solar em elétrica para ser aplicado junto às regiões ribeirinhas. Apresenta através de diversas
558 fotografias os trabalhos da expedição, equipamentos utilizados e apresenta alguns dados mais técnicos. Cita alguns
559 trabalhos desenvolvidos: Avaliação do conteúdo estomacal dos peixes e identificação de macroparasitas; Avaliação do perfil
560 físico-químico das águas do estuário do Rio São Francisco; Estudo topográfico 3D do leito do rio; Análise de parâmetros

561 essenciais para o sistema fotovoltaico no curso baixo São Francisco; Educação Ambiental; Monitoramento de variáveis
562 meteorológicas; Análise de metais pesados na carne dos peixes; Análise de diversidade e estrutura genética da ictiofauna
563 do São Francisco; Percepção dos pescadores sobre mudanças no rio; Acústica passiva aplicada ao monitoramento de
564 recursos pesqueiros no baixo São Francisco; Avaliação Social, econômica e cultural para segurança alimentar e energética
565 com pescadores; Análise de imagem para avaliação de mata ciliar; Avaliação da qualidade higiênico sanitária do pescado
566 comercializado nos mercados de peixe e feiras livres nos municípios do baixo São Francisco; coleta de peixes para avaliação
567 da situação da pesca no baixo São Francisco ; qualidade da água e sedimentos; dentre outros. Faz a prestação de contas
568 dos recursos recebidos pela UFAL, CBHSF, FAPEAL, SEMARH Alagoas, CODEVASF, SECTI e Ministério da Ciência e Tecnologia
569 e fala que para o próximo ano a expedição será realizada em duas embarcações, uma para pesquisa e a outra com o museu
570 do São Francisco, em parceria com o Antônio Jackson, para potencializar o trabalho de educação ambiental. Ao final da sua
571 apresentação, Emerson Soares projeta o nome dos participantes, fala da repercussão na mídia e agradece o apoio dos
572 órgãos e instituições que colaboraram para a realização da expedição, dentre elas o CBHSF. Ato contínuo, Antônio Jackson e
573 Professor Cabral falam sobre a participação na Expedição. Na sequência, o vice presidente do CBHSF sugere que seja
574 apresentado o Festival de cinema e na sequência abrir para rodada de perguntas das duas apresentações devido ao avançar
575 do horário. Neste sentido, convida Sergio Onofre para **apresentar sobre Festival de Cinema de Penedo**. Com a palavra, Sergio
576 Onofre ressalta o trabalho acadêmico pedagógico do evento. Mostra através de diversas fotos todo o trabalho
577 desenvolvido. Informa que além das exposições, há todo um trabalho prévio realizado nas escolas públicas e privadas em
578 Penedo, Igreja Nova e Piaçabuçu. Mostra a estrutura montada para o festival que conta com uma tenda refrigerada na beira
579 do Rio São Francisco com capacidade entre 600 e 700 lugares com toda caracterização de cinema do interior. Diz que o
580 público é majoritariamente crianças e adolescentes. Fala sobre os filmes com temática ambiental, aproveitando a
581 oportunidade para apresentação de palestras de gestores e academia com debate ao final, explorando assim o debate. Diz
582 que este evento é uma grande oportunidade de formação de plateia, dando oportunidade a diversas crianças frequentarem
583 um espaço de cinema. Fala também das premiações que exploram a identidade regional, sendo o troféu principal uma arte
584 em madeira reproduzindo a Canoa de Tolda e a carranca, esta adotada a partir do ano passado para reforçar a campanha
585 em defesa do Velho Chico. Fala sobre os atores convidados, sendo que o CBHSF na pessoa do Anivaldo Miranda pode
586 homenagear o ator Marcos Palmeira com a medalha Velho Chiem reconhecimento a causa ambiental, uma oportunidade
587 de usar figuras públicas e atraí-las para a luta em prol da bacia do rio São Francisco. Fala da importância do apoio do CBHSF
588 para o Festival e Expedição, espaços para construção de conhecimento, que também trazem visibilidade ao comitê e sua
589 luta. Reitera a fala de Anivaldo Miranda que se meio ambiente, não existe gente e conseqüentemente não existe cultura,
590 sendo seu acesso um direito fundamental do ser humano. Agradece a sensibilidade que o CBHSF tem em investir nesse
591 setor, cujo objetivo é defender o Velho Chico e criar espaço de democratização do acesso ao conhecimento e cultura.
592 Finaliza exibindo um filme premiado no Festival de Cinema e Penedo que teve como personagem principal Seu Toinho –
593 pescador artesanal - e sua poesia. Na sequência é exibido os vídeos produzidos pelo CBHSF sobre a Expedição e Festiva de
594 Cinema, que estão disponíveis no canal do CBHSF no Youtube. Em seguida a palavra é franqueada para o plenário. Com a
595 palavra Ailton Rocha, representante do governo de Sergipe justifica a ausência de apoio do estado de Sergipe na expedição.
596 Disse que foi pessoalmente conversar com o procurador chefe jurídico para pleitear o apoio à Expedição, que não depende
597 apenas da transferência de recursos financeiros. Foi decidido o apoio na aquisição de reativos, no entanto não daria tempo
598 de firmar um termo de cooperação. Disse que tentou de diversas formas, porém esbarrou com a burocracia. Parabeniza o
599 trabalho realizado e espera que para o próximo ano a SEDURBS (Secretaria) esteja presente. Em seguida, Juliane Tolentino
600 parabeniza o trabalho desenvolvido pela expedição, assim como os membros da DIREC em aprovar esse apoio para uma
601 ação tão importante para bacia. Diz que ir seria interessante replicar a experiência nas outras regiões fisiográficas. Adianta
602 que já está juntamente com a professora Suzana Montenegro mobilizando o governo do estado de Pernambuco, assim
603 como já solicitou uma audiência com o governador do Estado da Bahia e prefeitos da região do submédio. Sugere aos
604 coordenadores das CCRS do Alto e Médio que também se mobilizem no sentido de sensibilizar a apoiar uma ação tão
605 importante especialmente neste momento complicado que as universidades têm passado. Parabeniza o trabalho
606 desenvolvido per Sergio Onofre frente ao festival de cinema. Após demais debates e perguntas, Maciel Oliveira passa para a
607 **Deliberação que aprova o calendário de atividades do CBHSF para o ano de 2020**. Explica que para o próximo ano serão três
608 encontros de planárias devido a posse dos novos membros. Após a projeção do texto e calendário proposto a deliberação
609 CBHSF é aprovada por unanimidade. Em seguida, passa a palavra para Johann Gnadlinger que fala preocupado sobre a
610 proposta de construção de usina nuclear em Itacuruba/PE. Pede que na próxima plenária esse tema seja debatido para que
611 o CBHSF faça um encaminhamento a respeito. Ato contínuo Maciel Oliveira explica que devido a prazos de licitação e

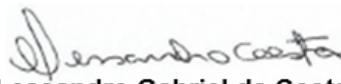
612 planejamento, considerando que as plenárias de setembro e dezembro estão muito próximas, diz que nesta reunião será
613 **definido os locais de todas as plenárias do próximo ano.** Neste sentido, abre a palavra para os membros do comitê para
614 sugestão das cidades. Após votação as plenárias de 2020 serão realizadas em: maio – Arapiraca/AL; setembro – Petrolina/PE
615 e dezembro – Salvador/BA. Em seguida, o Presidente do CBHSF, Anivaldo de Miranda agradece a presença de todos e
616 declara encerrada a XXXVII Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Ata aprovada durante a
617 XXXVIII Reunião Plenária Ordinária do CBHSF, realizada nos dias 14 e 15 de maio de 2020 em Arapiraca/AL.

618

619



Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF



Lessandro Gabriel da Costa
Secretário do CBHSF